



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

**PORTARIA N. 5, DE 9 DE JANEIRO DE 1957**

**O Ministro ALFREDO LOUREIRO BERNARDES, Presidente do Tribunal Federal de Recursos,** usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno etc.,

**CONSIDERANDO** que este Tribunal, em Sessão Plena, deliberou que as suas decisões proferidas em mandados ou agravos em mandado de segurança teriam sua execução assegurada imediatamente, independentemente, pois, da publicação do respectivo Acórdão para tal;

**CONSIDERANDO**, entretanto, que, posteriormente àquela deliberação, surgiu a Lei nº 2.770, de 5 de maio de 1956, que proíbe a trazida ou a entrega de bens enquanto não passada em julgado a decisão que isso autorizar, ou não for prestada, pelos interessados, a respectiva caução ou fiança;

**CONSIDERANDO** que, assim, se torna inútil toda e qualquer comunicação concessiva de mandados de segurança que tenha por fim a liberação de bens, enquanto não atendido o disposto no art. 2º da citada Lei nº 2.770, de 1956,

**RECOMENDO** ao Sr. Diretor Geral da Secretaria que, a partir da publicação da presente, suspenda as comunicações referentes à concessão de mandados de segurança que visem a trazida ou liberação de bens cujos julgados a esse respeito só terão cumprimento depois de transitados em julgado ou de cumprida a exigência constante de aludido diploma legal.

**CUMpra-se. Publique-se.**

**Ministro ALFREDO LOUREIRO BERNARDES**  
**PRESIDENTE**